



A AMÉRICA COLONIAL E A HISTÓRIA DAS MERCADORIAS: A PLURALIDADE DE TEMPOS NO CAPITALISMO HISTÓRICO

**Colonial America and commodity history: the plurality of times of
historical capitalism**

Leonardo Marques

 <https://orcid.org/0000-0003-1276-2769>

Email: lm@id.uff.br

Universidade Federal Fluminense, Institute of History, Department of History, Niterói,
RJ, Brazil

DEBATE

Colapso ambiental e histórias do capitalismo

RESUMO

Esta réplica explora algumas das principais questões levantadas pelos comentários de Crislayne Alfagali, Jack Bouchard, Mary Draper, Waldomiro Lourenço Jr. e Jason Moore a respeito de meu primeiro artigo, “Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais”. O texto segue uma divisão tripartite semelhante ao primeiro. Inicialmente, discuto algumas questões relacionadas à disciplina e aproveito para expandir aspectos que ficaram subdesenvolvidos em minha intervenção inicial, como a discussão sobre nacionalismo metodológico. Em um segundo momento, discuto especificamente as potencialidades e limites da história das mercadorias para se pensar a história do capitalismo. Na terceira e última seção, tomo como fio condutor a discussão sobre conhecimentos de indígenas e africanos na construção do mundo Atlântico para tentar amarrar as inúmeras questões levantadas ao longo do texto.

PALAVRAS-CHAVE

América colonial; História das mercadorias; Tempos plurais.

ABSTRACT

This rejoinder addresses many of the issues raised by the commentaries of Crislayne Alfagali, Jack Bouchard, Mary Draper, Waldomiro Lourenço Jr, and Jason Moore regarding my article, “Commodity Chains and the Global Environmental History of the Colonial Americas”. Like that article, this piece is divided into three different sections. First, I discuss several issues related to the discipline, and take the opportunity to further develop some arguments from my initial intervention, particularly the discussion on methodological nationalism. Next, I survey the potentialities and limits of the history of commodities to think about the history of capitalism. Finally, in the third and last section, I explore the debate on the knowledge of Africans and Amerindians in the construction of the Atlantic world as a strategy to tie many of the issues discussed throughout the text.

KEYWORDS

Colonial America; Commodity history; Plural times.

É uma honra ter um texto debatido detalhadamente como o que ora sai na seção de debates da *Esboços*. Minha intervenção inicial surgiu a partir de um convite para participar do Primeiro Simpósio de História Global, ocorrido em 2019 na Universidade Federal de Santa Catarina. Desde então, pude rever e refinar algumas de minhas leituras e argumentos a partir de nossa discussão inicial, a começar pelo título original de minha intervenção (“Cadeias mercantis e a história ambiental global das Américas coloniais”). A abordagem da “cadeia mercantil” pode ser um caminho promissor no desenvolvimento de uma história das mercadorias, mas não o único, e minha intenção era principalmente explorar de modo geral algumas formas de escrita centradas em trajetórias históricas de mercadorias específicas. A referência a uma “história ambiental global”, por sua vez, também não expressava bem as minhas intenções, menos ligadas que estão a explorar os campos de história ambiental e história global (nesse sentido, nada tenho a adicionar aos ótimos comentários de Jack Bouchard sobre tais campos) do que em pensar especificamente a história do capitalismo e o lugar da natureza nessa história a partir de uma concepção de tempo plural. Finalmente, passei para o singular o espaço privilegiado de minha reflexão: de “Américas coloniais” para “América colonial”. Assim, em vez de tentar contornar a longa disputa política em torno do conceito de América, como seu plural nos estimula a fazer, mantive o conceito em sua acepção continental por motivos que, acredito, ficarão mais evidentes ao longo deste comentário.¹

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DO CAPITALISMO, NO CAPITALISMO

Em que pesem todas as críticas aos trabalhos de Immanuel Wallerstein ao longo do último meio século (algumas justas, outras nem tanto), uma de suas contribuições mais importantes foi tratar com seriedade a relação do capitalismo com as estruturas de conhecimento do mundo moderno, incluindo as ciências sociais, o que significava, no momento em que iniciava seus trabalhos acadêmicos de maior fôlego, confrontar as teorias da modernização que reinavam absolutas nas universidades norte-americanas e que foram parte da formação do próprio autor. Wallerstein não foi o primeiro a confrontar o paradigma modernizante, evidentemente, e se considerava apenas mais um dos dissidentes em uma linhagem mais longa de críticos, incorporando contribuições fundamentais de cientistas sociais latino-americanos, caribenhos e africanos; foi, contudo, um de seus críticos mais severos e persistentes, colocando no centro de sua reflexão a utilidade de conceitos como o de “sociedade”, cujo uso irrefletido, aliás, nunca se limitou aos teóricos da modernização. A ideia de um sistema-mundo surge nesse movimento, fruto de seu trabalho como africanista durante os anos 1960 e sua crescente percepção de que os receituários prescritos pelos ideólogos da modernização tomavam o estado-nação como a unidade de análise (e, conseqüentemente, de atuação) por excelência, ignorando processos mais amplos - em especial a economia-mundo capitalista e o sistema interestatal que a sustenta - que moldavam e eram moldados por essas realidades nacionais.²

¹ Sobre o conceito de América cf. Moya (2011, p. 5).

² Para uma síntese de aspectos de sua trajetória e da perspectiva de sistemas-mundo, cf. Wallerstein (2000).

Começo com tais considerações porque um aspecto central de meu texto, de fato, é a sugestão de que historiadores têm muito a ganhar com um diálogo sério com a perspectiva de sistemas-mundo. A busca por esse diálogo vem da percepção de que vivemos uma crise estrutural em múltiplos níveis, ou uma eco-crise, para usar o termo de Luiz Marques (2018), que tem no capitalismo o seu motor fundamental. Nesse sentido, meu interesse nos debates gerados pela história global está ligado a um esforço para compreender a dimensão estrutural e de longa duração do capitalismo enquanto um sistema histórico, sistema que está na base de nossa crise, bem como o lugar do colonialismo em seu desenvolvimento espaço-temporal. Nesta primeira seção, gostaria de pegar dois aspectos laterais dos ótimos comentários de Crislayne Alfagali e Mary Draper (aos quais volto na terceira seção), relacionados a enquadramentos teóricos, e outro central no comentário de Waldomiro Lourenço Jr., sobre interdisciplinaridade, para expandir esse ponto central de minha intervenção inicial.

Concordo com Alfagali que existem diversos esforços de integração da história do Brasil colonial a processos mais amplos e que o Atlântico tem sido percebido como um “espaço que conecta a história do Brasil à história do mundo” (2021, p. 730). Entretanto, gostaria de reforçar as divergências entre essas mesmas perspectivas porque não acredito que o aprofundamento da pesquisa empírica possa resolver uma das questões principais de meu artigo, que é a de pensar as Américas coloniais enquanto parte da história do capitalismo. Para ficarmos em um dos exemplos citados em seu comentário, a ideia de “sistema atlântico” empregada por Fragoso, Guedes e Krause (2013) é largamente utilizada como sinônimo de império no livro em questão. Referências ao capitalismo aparecem rapidamente na discussão sobre o império inglês, mas a ideia recorrente em trabalhos de Fragoso, incluindo este, é a de que o capitalismo nasce na Inglaterra e de lá se dissemina para o resto do mundo a partir da Revolução Industrial; são frequentes as alusões a um mundo capitalista ideal, regido por leis de oferta e procura, em oposição à lógica católica em vigor no “sistema atlântico luso” (para uma análise crítica, cf. MARQUES; MARQUESE, 2020). Uma das principais inspirações aqui é a obra de Robert Brenner, que discuto mais a fundo na próxima seção. Uma conceitualização radicalmente distinta de “sistema atlântico”, por sua vez, pode ser encontrada no livro de Márcia Berbel, Rafael Marquese e Tâmis Parron, *Escravidão e política* (2010), obra igualmente escrita a seis mãos (e que tive a oportunidade de traduzir para o inglês alguns anos mais tarde). Ali o conceito serviu para descrever dois conjuntos de impérios (um sistema atlântico ibérico e outro do noroeste europeu), que, por sua vez, foram partes constituídas e constitutivas do capitalismo histórico. Temos aqui um conjunto de conjuntos, para citar a formulação braudeliana, que faz desse Atlântico histórico um componente fundamental da história do capitalismo.

E aqui retomo um dos principais pontos de meu primeiro texto: a abordagem da mercadoria pode ajudar a evitar análises que separam os impérios atlânticos em unidades estanques e a avançar na direção de uma compreensão verdadeiramente sistêmica, que revele não apenas as articulações entre esses diferentes impérios, mas seu lugar na totalidade mais ampla do sistema-mundo capitalista, como já notava Dale Tomich (2004, p. 233). É o que tento evidenciar com a breve discussão sobre o ouro do Brasil. A conexão entre escravos mergulhando nos rios de Minas Gerais e a ampliação do acesso ao dinheiro na Grã-Bretanha setecentista não é mera curiosidade histórica, mas um componente fundamental da formação do mundo moderno. Existem “lógicas sociais” distintas em Minas Gerais e Londres? Evidente

que sim. Mas elas estão interligadas pelo capital, assim como a intensificação da exploração de escravos no Caribe esteve articulada à expansão dos padrões de consumo e trabalho no noroeste europeu, dentre inúmeros outros exemplos possíveis de serem explorados ao tomarmos a mercadoria como fio condutor. Amarrando a interpretação está uma conceitualização específica de capitalismo e do lugar do mundo Atlântico nele. Consequentemente, tão fundamental quanto pesquisa empírica densa é a conceitualização e clareza teórica que dará sentido a esse mesmo material.

Mary Draper sugere que a recente abordagem de uma *Vast Early America*, gestada a partir do Ohomundro Institute of Early American History and Culture, oferece uma forma eficiente de tratar os problemas que levanto em meu texto inicial. Aproveito a sugestão para explorar um pouco mais o chamado “nacionalismo metodológico”, que em minha intervenção aparece de forma pouco problematizada e abarcando igualmente as historiografias brasileira e estadunidense, sem atenção às diferenças nos sistemas educacionais, com seus circuitos de ideias e pessoas, e às diferentes posições ocupadas por cada país no sistema mundial.³ Uma análise pormenorizada dessas diferenças excederia em muito os limites do presente comentário, mas é importante notar que nos EUA uma parcela significativa da história global (ou atlântica, ou imperial, dentre outras variantes) com frequência carrega certo nacionalismo embutido em um suposto universalismo. Tive a oportunidade de ler poucas coisas inspiradas pelo *Vast Early America*, e os excelentes exemplos descritos por Draper falam por si só. Contudo, ao ler o texto fundador de Karen Wulf, citado por Draper, fico na dúvida se não estamos diante de mais uma invenção historiográfica destinada a “incorporar o Outro em uma narrativa cosmopolita em nossos termos, em nossas línguas”, para voltar à citação de Adelman que abre meu artigo original. “Uma abordagem ampla para a *Early America* nos mostra um passado que era infinitamente complexo, dinâmico, globalmente conectado e violento”, argumenta Wulf, “e também ainda nos mostra - nos mostra melhor - as origens de uma nação ambiciosa, poderosa e democrática” (WULF, 2019). Quão distante estamos aqui de uma abordagem teleológica que toma o estado-nação - o estadunidense, em particular - como seu ponto de chegada? Para reforçar o ponto levantado anteriormente: minha crítica ao “nacionalismo metodológico” não é apenas uma busca por uma abordagem “mais ampla”, mas parte da percepção de que o capitalismo é um sistema histórico que transcende fronteiras políticas tradicionais desde o seu nascimento, daí o diálogo urgente com a perspectiva de sistemas-mundo. Infelizmente, o texto de Wulf não traz uma única palavra sobre capitalismo ou capital. Nossos pontos de partida (e de chegada) são, portanto, radicalmente distintos. Enquanto Wulf está interessada em demonstrar a diversidade presente nas origens de “uma nação ambiciosa, poderosa e democrática”, a abordagem crítica que me interessa visa pensar o motor da eco-crise estrutural que vivemos, incluindo aí o papel dos próprios regimes democráticos. Por esse motivo faço referência, desde a minha primeira intervenção, ao conceito de “liberalismo-centrista”, oferecido por Wallerstein, enquanto parte do que o sociólogo descreve como uma “geocultura” do capitalismo, que, a despeito de todos os problemas que possa ter, nos ajuda a refletir sobre nossas próprias agendas de pesquisa e práticas historiográficas.

No Brasil, o nacionalismo metodológico tem menos vergonha de si e as humanidades brasileiras se dedicam a estudar, principalmente, nós mesmos, um

³ Agradeço a Rafael Faraco Benthien por chamar a minha atenção para esse ponto.

reflexo de nossa posição periférica no mundo. Importamos manufaturados do centro (conceitos e referenciais teóricos) e ocasionalmente exportamos matéria prima (fontes e “análises” de fontes). Quantos historiadores nas páginas da *William and Mary Quarterly* (ou *American Historical Review* ou *Past and Present* ou [coloque o periódico mainstream do Atlântico Norte de sua preferência]) usaram perspectivas teóricas vindas da América Latina na construção de seus argumentos? Tal ausência acontece por não termos teorizações ricas o suficiente para a construção de diálogos mais sérios com a historiografia do Atlântico Norte? Não me parece ser o caso. O pensamento cepalino e a teoria da dependência, afinal, estão no ponto de partida da elaboração da perspectiva de análise do sistema-mundo. Algumas das reflexões mais ricas em torno da relação entre capitalismo e escravidão, para citar outro exemplo, foram produzidas pelo marxismo brasileiro em meados do século passado, como procurei demonstrar em trabalho recente (MARQUES, 2022). No entanto, exatamente nos anos em que se deu o ajuste neoliberal global, ou seja, nas décadas de 1980-1990, passamos a nos contentar com nossa condição periférica, abrindo franquias das últimas guinadas historiográficas produzidas nos grandes centros acadêmicos do Atlântico Norte em oposição a um passado historiográfico supostamente amador, ensaístico, uma pré-história da disciplina que não conhecia arquivos muito bem.

O ponto aqui não é se refugiar em uma espécie de terceiro-mundismo acadêmico, até porque uma das principais figuras no centro da discussão por mim proposta é Immanuel Wallerstein, um sociólogo norte-americano. Mas gostaria de chamar a atenção para como sua perspectiva (bem como de outros pesquisadores associados ao Fernand Braudel Center), apesar de frequentemente taxada de engessada ou ultrapassada por historiadores, foi fruto de um diálogo aberto com cientistas sociais estabelecidos fora dos circuitos tradicionais do Atlântico Norte. Uma breve olhada nas páginas da *Review*, periódico ligado ao FBC, evidencia a presença de um enorme número de autores de diferentes partes do mundo desde os seus primeiros volumes, com discussões teóricas e metodológicas de alto nível, esbarrando em questões que muitas vezes são as mesmas que historiadores preocupados em instaurar guinadas historiográficas inadvertidamente tratam como novas (para exemplos adicionais, cf. MARQUES, 2020). O próprio conceito de *segunda escravidão*, que tem inspirado muitos trabalhos no Brasil e nos Estados Unidos, e cuja origem está no trabalho de Dale Tomich dentro do Fernand Braudel Center, é explicitamente devedor das perspectivas teóricas de figuras como Maria Sylvia de Carvalho Franco e Antônio Barros de Castro (cf. MARQUESE; SALLES, 2016).

Nesse sentido, subscrevo o comentário de Waldomiro Lourenço Jr. de que a interdisciplinaridade é um elemento constitutivo de nossas práticas historiográficas. Ressalto, contudo, que isso não impede que profetas disciplinares enunciem, direcionem e restrinjam os tipos de interdisciplinaridade permitidas ao campo (BENTHIEN, 2020). De fato, “há muitos anos a história desceu de sua árvore” (LOURENÇO JR, 2021, p. 768), mas muita coisa também mudou desde o amplo diálogo com a geografia, sociologia, psicologia, linguística e antropologia que marcou o nascimento dos *Annales* com Febvre e Bloch. Fazer “ressoar as trombetas de Clio” pode ser útil aqui também. Vide, por exemplo, a proposta interdisciplinar de Giovanni Levi (2018), em sua avaliação da *global history*, que privilegia a literatura e uma certa antropologia em detrimento da sociologia histórica e “suas amplas generalizações”. A “leitura no microscópio” seria o meio pelo qual “historiadores mantêm contato com a documentação e os arquivos, e são, assim, capazes de formular novas leituras e

perguntas”. O arquivo se torna então o ponto de partida para a formulação de questões que, no mínimo, devem relativizar o peso das antigas categorias das ciências sociais.

No Brasil, para voltarmos ao exemplo mobilizado por Alfigali, Fragoso abre o livro com a observação de que a “novidade do ofício de historiador no Brasil” nos anos 1980 revelou “a precariedade das interpretações historiográficas até então em vigor e, conseqüentemente, a necessidade de arregaçar as mangas, ir para os arquivos e trabalhar” (FRAGOSO, 2013, p. 7). Considerando especificamente a história da escravidão, Sílvia Lara, por sua vez, acredita que, diante dos limites de “esquemas explicativos amplos”, deve-se partir “das fontes em sua profusão múltipla de registros individualizados, sem que uma teoria hierarquize o que é ou não ‘importante’, o que pode ser ou não ‘exemplar’”. Dessa forma, pode-se descortinar a “complexidade dos processos sociais”; tarefa urgente, na visão da historiadora, “sobretudo quando alguns de nós retomam análises sistêmicas da escravidão, recuperando lógicas explicativas e debates de décadas atrás” (LARA, 2018, p. 17). Os diferentes comentários acima expressam uma tendência que ganhou muita força na disciplina (daí, também, o meu comentário sobre a possível “disciplinarização” da perspectiva de cadeias mercantis pelos organizadores de *From Silver to Cocaine*), uma espécie de legado das guinadas linguística e cultural, como coloca Gary Wilder em ensaio magistral, e que, ironicamente, aproxima “historiadores empiricistas” e “historiadores influenciados pelo pós-estruturalismo” em uma comum “alergia por explicações estruturais”. O arquivo se torna o instrumento para a produção de pequenas verdades, lampejos em um mundo de trevas criado pelas antigas abordagens, invariavelmente mecanicistas e teleológicas. A partir do arquivo, conclusões genéricas são vendidas como grandes ideias teóricas, como a “indeterminação” da realidade social, a multicausalidade dos processos, os limites do poder (WILDER, 2012, p. 730). A complexidade se tornou o refúgio privilegiado do historiador, demarcando e restringindo as interdisciplinaridades permitidas e desejáveis.

Apesar de evidenciar a interdisciplinaridade como elemento inescapável de nossa disciplina, Lourenço Jr. se mostra relativamente surpreso com o diálogo proposto com a obra de Wallerstein e Hopkins, lamentando o uso que faço de Fernand Braudel – em sua leitura, mobilizado apenas para respaldar argumentos empíricos. Mas a passagem de meu texto que tanto chama a sua atenção (o “conceito de cadeia mercantil pode oferecer um poderoso instrumento para compreendermos a pluralidade de tempos que forma o capitalismo enquanto sistema histórico e suas mudanças no tempo”), citada três vezes em seu comentário, não expressa justamente uma perspectiva inspirada pela teoria braudelianiana de tempos plurais? Quando argumento que o que encontramos em uma leitura cuidadosa do *Mediterrâneo* não se enquadra na interpretação que Chakrabarty oferece de Braudel, estou querendo dizer que este oferece um instrumental teórico poderoso para tratar dos problemas que o historiador indiano levanta, os mesmos que o próprio Lourenço reprisa na conclusão de seu comentário. A despeito das diferenças entre Wallerstein e Braudel, e concordo com a comparação por ele oferecida, é precisamente o diálogo entre esses diferentes indivíduos, e outros a eles associados, que me interessa aqui. Por isso, também, não me restringi apenas à formulação original de Hopkins e Wallerstein (e, curiosamente, ao mesmo tempo que se mostra perplexo com meu interesse na formulação dos dois autores, Lourenço acredita que não fui fundo o suficiente no uso da abordagem tal como por eles delineada), preferindo olhar para um pequeno conjunto de obras que, a meu ver, expandiram a perspectiva original em direções ainda mais ricas.

JOGOS DA MERCADORIA, JOGOS DO DINHEIRO

Em seu comentário, Bouchard levanta questões fundamentais sobre a abordagem centrada em mercadorias. Uma das principais diz respeito às dificuldades das histórias da mercadoria de operar a passagem de uma escala de análise a outra. Mais especificamente, o autor argumenta ser impossível construir uma compreensão do capitalismo global indutivamente a partir de uma cadeia mercantil (ou mesmo de um conjunto delas, eu adicionaria). A crítica de Michael Taussig aos trabalhos de Wolf e Mintz, que comento brevemente em meu primeiro texto, sinaliza, a meu ver, para essa dificuldade. Precisamos, como escreve Bouchard, “ter um conceito de capitalismo global para conseguirmos escrever histórias da mercadoria com poder analítico, para ligarmos a história da mercadoria a algo maior” (BOUCHARD, 2021, p. 708) Concordo com o comentário e acredito que é imprescindível que pesquisadores interessados em uma história do capitalismo se envolvam, por exemplo, com a bibliografia de teorias críticas do valor, um componente essencial para pensarmos as próprias categorias que utilizamos em nossas análises históricas. Assim como Marx nos ofereceu uma duradoura *crítica* da economia política, tais trabalhos fornecem ferramentas poderosas para pensarmos categorias analíticas herdadas do paradigma modernizante, que influenciaram e continuam a permear as ciências sociais como um todo.⁴

Contudo, também não acredito ser possível realizar esse movimento de análise do capitalismo exclusivamente a partir de conceitos “lógico-dedutivos”, procedimento que geralmente resulta na projeção de um tempo supostamente homogêneo do capital sobre a realidade histórica (HAROOTUNIAN, 2015). No caso específico do *Capital* de Marx, argumenta Dale Tomich, as categorias teóricas ajudam a estruturar a investigação histórica mas não substituem a própria análise e interpretação histórica; é necessário passar de uma teoria histórica para a construção de uma história teorizada. Tal movimento permitiria que “histórias sejam reconstruídas como histórias do capital expressas por meio de histórias de nações, estados e impérios em vez de formuladas como histórias de nações, estados e impérios” (TOMICH, 2015, p. 367). O mesmo vale para a história das mercadorias, que podem então se tornar mais do que histórias do algodão, do açúcar, das armas ou do dinheiro. Adicionaria apenas que o movimento entre esses diferentes tipos de reflexão deve ser um exercício permanente, de modo que teorias históricas e histórias teorizadas se tornem parte de um movimento unificado de compreensão dos passados presentes do capitalismo mundial.⁵

Para além dessa premissa fundamental, que acredito ser compartilhada por mais de um comentarista (ainda que diferenças certamente existam em termos de

⁴ Sob o rótulo de “teoria crítica do valor” estou pensando em um grande conjunto de trabalhos que, a despeito de suas diferenças, exploram aspectos mais filosóficos da obra de Marx e sua concepção de capital. Para uma síntese, cf. Elbe (2013).

⁵ Enfatizo esse ponto porque, a meu ver, essa discussão mais filosófica em torno do capital tem, também, muito a ganhar com um diálogo mais sério com historiadores, indo além de uma crítica categorial dogmática, tal como a oferecida em Kurz (2014). A crítica de Joseph Fracchia (2004) a Moishe Postone (que pode ser estendida a Kurz e a grande parte dessa bibliografia ligada à “crítica do valor”) em torno da relação entre categorias trans-históricas e categorias historicamente específicas do capitalismo (ou qualquer outra formação econômico-social) aponta justamente para alguns problemas presentes na teoria histórica subjacente a tais trabalhos.

quais teorizações se mostram mais ou menos apropriadas ao nosso objeto principal que é a história do capitalismo), Bouchard também elenca quatro pontos práticos para que consigamos construir histórias consistentes da mercadoria. O primeiro deles é expandir as histórias das diferentes mercadorias, sugestão da qual, evidentemente, não poderia discordar. Esse primeiro caminho sugerido por Bouchard, é claro, só tem chances de efetivamente prosperar na direção que esperamos se for desenvolvido enquanto parte da discussão teórica ampla que deve informá-lo e ser por ele informada. Caso contrário, teremos as histórias das mercadorias como um grande aglomerado de tijolos, sem necessariamente formar construções sólidas.

A sugestão também deve ser qualificada pelo comentário anterior do próprio Bouchard, em torno dos limites de análises centradas em uma única mercadoria, como ele mostra no ótimo exemplo da história do bacalhau. Devemos, de fato, evitar a todo custo a tentação de hipertrofiar a importância de nossos próprios objetos de pesquisa, permanecendo atentos ao conjunto de relações que formam aquelas histórias, não apenas na esfera produtiva (ponto forte do texto original de Hopkins e Wallerstein), mas também na competição com outras mercadorias nas esferas da circulação e do consumo, como nota Bouchard. E tudo isso compreendido em termos processuais, que é o que acredito que o autor está nos dizendo com sua discussão instigante sobre o navio como “macro-organismo”. Com mais espaço, o caso do ouro brasileiro, por exemplo, pode ser explorado com referência ao conjunto de atividades que tornam a mineração possível, bem como a sua reprodução no tempo, observando o desenvolvimento dos setores de alimentos que alimentaram os trabalhadores escravizados ou das ferramentas empregadas na extração e refino do metal amarelo. A circulação e consumo deste ouro, por sua vez, só pode ser plenamente compreendida com referência a outros metais preciosos, como bem sabia Braudel e outros historiadores de sua geração, uma dialética que não aparece de modo tão evidente em algumas discussões recentes sobre a circulação global da prata (p.e. POMERANZ, 2000, p. 269-273). Em princípios do século 18, a expansão dos fluxos do metal branco em direção a Ásia estava fortemente ligada à ascensão do ouro do Brasil, como discutido em texto recente que escrevi em co-autoria com Rafael Marquese (MARQUES; MARQUESE, 2020).

Dito isso, não penso que o foco em uma mercadoria específica seja necessariamente problemático. Algum recorte será sempre necessário, já que uma história total (em seu sentido mais vulgar de totalidade por adição) das mercadorias me parece impossível de ser encampada por qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos. O mais importante, a meu ver, é sempre considerar a mercadoria uma unidade de observação e não de análise, ou seja, não fechar a história da mercadoria em si mesma. Ao fazê-lo, não apenas conseguimos detectar entrelaçamentos, como os que aponto na história do ouro do Brasil e dos navios norte-americanos na parte final de meu artigo, mas podemos manter presente a dimensão sistêmica - que é a do capitalismo histórico - como elemento que dá sentido a essa história e é por ela mesma formada. Tal procedimento vale para outros recortes além da mercadoria; de histórias de regiões muito específicas ou de grandes nações, de biografias de grandes comerciantes ou de um único escravo. O conselho de Braudel a respeito dos perigos inerentes à divisão entre o econômico, o político e o cultural vale aqui também: “A prática recomendável é, ao dividir, conservar na mente uma visão globalizadora: ela surgirá forçosamente na explicação, tenderá a recriar a unidade, aconselhará a não acreditar numa falsa simplicidade da sociedade” (BRAUDEL, 1996, p. 409).

O que me leva ao segundo ponto de Bouchard, sobre pensar o sistema mundial como uma relação ecológica em vez de puramente econômica. O duplo objetivo de meu artigo era, por meio de uma breve história de duas mercadorias específicas, mostrar como a abordagem permitia articular a história colonial das Américas à história do capitalismo e, nesse processo, fazê-lo incorporando o tempo da natureza. Contudo, Bouchard, assim como outros comentadores, tem razão ao afirmar que acabei focando apenas no primeiro aspecto, especialmente no caso do ouro do Brasil. Gostaria apenas de frisar que, em sintonia com os comentários de Bouchard e Jason Moore, principalmente quando este coloca que o sistema-mundo moderno “é uma ecologia-mundo” (MOORE, 2021, p. 743), busco pensar o desenvolvimento do capitalismo por meio da natureza e não apenas nos termos dualistas de sua devastação. Nesse sentido, a preocupação central era pensar como um minério e seus processos extrativos foram constitutivos da história do capital, embora reconheça que, com mais tempo e espaço, a questão poderia de fato ser melhor trabalhada. Foi o que tentei fazer em outro trabalho recente, baseando-me amplamente em uma pequena, porém rica, bibliografia de história ambiental da mineração no Brasil (MARQUES, no prelo).

De certa forma, este segundo ponto está também ligado ao terceiro, sobre pensar com seriedade a dimensão do consumo, que, por sua vez, levanta questões ligadas a estruturas de pensamento e práticas culturais. Essa passagem do comentário de Bouchard evidencia que a separação consagrada entre história econômica, política e cultural, que também incomoda Alfabali, tem pouca utilidade quando estamos pensando o capitalismo enquanto um sistema histórico, particularmente se tratada de modo estanque, para voltar ao ponto anterior de Braudel. “Não creio”, argumenta o historiador francês,

que tudo seja material, ou social, ou relação social no capitalismo. A meu ver, há um ponto fora de dúvida: ele não pode ser oriundo de uma única e obscura origem; a economia teve uma palavra a dizer; a política teve uma palavra a dizer; a cultura e a civilização tiveram uma palavra a dizer. E também a história, que em geral decide em última instância as relações de força (BRAUDEL, 1996, p. 355).

A abordagem centrada em mercadorias é um dos instrumentos para explorarmos essas diferentes dimensões, incluindo a ecológica, e suas articulações dinâmicas no tempo e no espaço. Moore sinaliza para isso quando argumenta que as fronteiras da mercadoria não deveriam ser compreendidas unicamente em termos econômicos, pois são resultado de processos geoculturais e geopolíticos que criam as condições para a sua expansão (MOORE, 2021).

O último ponto levantado por Bouchard, bastante instigante e talvez o de maior divergência em relação ao meu artigo, propõe que desloquemos nosso foco dos “fluxos” para as “transformações”, compreendendo estas como “os momentos nos quais as propriedades físicas, culturais e econômicas da mercadoria são transformadas por meio da ação humana” (BOUCHARD, 2021, p. 710). O contraste entre fluxos e transformações carrega alguma semelhança com a separação entre circulação e produção, que informou alguns debates marxistas em torno da transição para o capitalismo, discussões que estão no centro do comentário de Moore. Bouchard está longe de abordar a questão nos termos rígidos daqueles debates, mas

tenho dúvidas se o foco de nossa análise deve realmente passar dos fluxos para as transformações, como sugere o autor. Os processos produtivos são de fato momentos estratégicos para se observar a apropriação e transformação da natureza extra-humana, mas um dos desafios principais, a meu ver, é compreendê-los enquanto parte de um todo contraditório, e, dessa perspectiva, os fluxos aparecem como dialeticamente indissociáveis das transformações. Como sugere Marx, “produção, distribuição, troca e consumo” são “membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade” (MARX, 2016, p. 53). De modo mais concreto, a articulação entre fluxos e transformações se expressa, por exemplo, na famosa colocação de Moore de que “Wall Street é uma forma de organizar a natureza” (MOORE, 2011), argumento que inspira minha insistência na ligação entre Londres e as fronteiras mineradoras da América portuguesa.⁶ Mais do que deslocar o foco, portanto, acredito que apenas tratando de modo integrado essas diferentes esferas é que se torna possível uma história materialista (no fundo, a base de meu interesse em história ambiental) de processos altamente abstratos como a reconfiguração e generalização do dinheiro na era moderna.

Ao falar em reconfiguração e generalização do dinheiro na era moderna, estou evidentemente falando da história do capitalismo, cuja origem ocupa lugar de destaque no comentário de Moore. Apesar de minha contribuição inicial não entrar especificamente nessa discussão (focando mais em estratégias de integração do colonialismo nas Américas em uma história do capitalismo atenta ao tempo da natureza), Moore oferece uma inestimável contribuição ao puxar a conversa para o debate sobre a transição, discussão que certamente pode nos ajudar a pensar os desafios contemporâneos impostos pelo colapso ambiental (ou crise, no sentido wallersteiniano usado por Moore).⁷ O autor avançou significativamente em um dos “não-debates” dos anos 1970, tal como descritos por Giovanni Arrighi (1998), ao sintetizar elementos da perspectiva de Robert Brenner e Immanuel Wallerstein e apresentar uma rica interpretação da história do sistema-mundo capitalista que coloca a luta de classes em seu centro. Fico na dúvida, contudo, se a separação entre circulação e produção pode ser vista apenas como uma impressão equivocada daquele debate por parte de alguns comentaristas, já que o mesmo tipo de lógica continua a permear um número significativo de trabalhos inspirados na obra de Brenner, que insistem em falar de um “modelo da comercialização” (WOOD, 2002, p. 11-21). Mesmo entre críticos de Brenner tal oposição continua a ser alimentada, com a reprodução de problemas presentes no próprio marxismo político (e.g. ANIEVAS; NIŞANCIOĞLU, 2015, p. 171-172).

O outro grande “não-debate” dos anos 1970 discutido por Arrighi, aquele entre Wallerstein e Braudel (coincidentalmente, explorado no comentário de Lourenço Jr.), pode nos ajudar a avançar nessa discussão. Em que pesem as possíveis críticas às ambiguidades e categorias empregadas por Braudel, poucos historiadores

⁶ E que é desenrolado pelo próprio autor em sua excepcional análise da ascensão de Amsterdã no século XVII (MOORE, 2010).

⁷ Compartilho integralmente das críticas de Moore à perspectiva de Jared Diamond e outros. A ideia de “colapso ambiental” em meu texto é mais devedora da obra de Luiz Marques (2018), que teve uma boa circulação na academia brasileira e que está longe de endossar o tipo de argumento neomalthusiano/neohobbesiano de parte do pensamento ambiental. Concordo que “crise”, ou “eco-crise”, como o mesmo Marques coloca em sua obra, pode ser um conceito ainda mais pertinente que o de colapso.

compreenderam e exploraram tão bem a relação dinâmica entre essas diferentes esferas do capitalismo quanto o historiador francês. Ao trabalhar com a ideia de que a qualidade essencial do capitalismo é “sua plasticidade a toda a prova, sua capacidade de transformação e de adaptação”, Braudel contorna esquematismos, como a separação clássica entre um capitalismo comercial, um industrial e um financeiro, pensados como fases cronológicas por parte do marxismo. Para ele, o capitalismo está em seu lar no comércio de longa distância e nas finanças ao longo da era moderna, mas isso não o impede de se aventurar em empreendimentos produtivos como as *plantations* escravistas do Caribe, cuja modernidade já fascinava W. Sombart e C.L.R. James na primeira metade do século passado, e que tem tais dimensões realçadas pela comparação com os obstáculos enfrentados pelo capital na própria Europa. Aqui está um dos grandes méritos de Braudel: tratar a expansão do capitalismo em termos processuais, atento às suas múltiplas escalas e ao desenvolvimento desigual daí decorrente. “Toda atividade choca-se contra a resistência do espaço”, coloca o historiador no *Mediterrâneo*, “nela encontrando suas coações e acomodações” (BRAUDEL, 2016, p. 497).

A relativização da separação entre capitalismo financeiro, comercial e industrial (e, conseqüentemente, daquela entre produção e circulação) é explicitamente incorporada por Wallerstein (1991). O “não-debate” de verdade entre os dois, de acordo com Arrighi, ocorreu nas diferentes conceitualizações do que era o capitalismo e na busca por suas origens em lugares distintos: “Wallerstein as procura na organização da produção agrícola dos estados territoriais do noroeste europeu” enquanto Braudel “as procura na organização do comércio de longa distância e altas finanças das cidades-estados do norte da Itália.” Essa diferença é fundamental, pois acredito que, na esteira de Braudel, devemos ler a expansão ultramarina ibérica do longo século 16 à luz da expansão do capitalismo nas cidades-estados italianas e não dos estados territoriais do noroeste europeu de meados do 17. O Mediterrâneo, com suas articulações mundiais, é uma unidade de análise mais apropriada para a compreensão da expansão europeia do que Portugal ou Espanha ou mesmo a península ibérica, se tomados isoladamente (BRAUDEL, 2016). No entanto, o procedimento de Brenner e de muitos que nele se inspiram é o de tratar esses espaços de forma estanque, impingindo-lhes o rótulo de feudal e mobilizando-os como a antítese dos estados capitalistas do noroeste europeu, principalmente a Inglaterra. Mesmo críticos como Anievas e Nişancioğlu, que se esforçam para incorporar a história do colonialismo na trajetória do capitalismo, argumentam que “o saque das Américas funcionou como um meio de ‘acumulação primitiva’ em uma base europeia mais ampla que beneficiou dois *latecomers*, Holanda e Inglaterra, às custas dos poderes colonizadores (feudalmente) mais avançados, Espanha e Portugal” (ANIEVAS; NIŞANCIOĞLU, 2015, p. 143). Isolam-se, portanto, as unidades; a contribuição dos poderes ibéricos - feudais por natureza - para o desenvolvimento do capitalismo é de certa forma involuntária, uma preparação por meio da “acumulação primitiva” para o capitalismo verdadeiro da Inglaterra dos séculos 17 e 18. Não há uma palavra aqui sobre o capitalismo financeiro italiano e seu papel absolutamente central na expansão ibérica da era moderna. Assim, quando Anievas e Nişancioğlu decidem focar na importância específica das *plantations* escravistas na América para o desenvolvimento do capitalismo, a análise se torna profundamente anglocêntrica. O resultado não surpreende, já que os dois autores isolaram o mundo ibérico na caixinha feudal - como, aliás, também de certo modo o faz João Fragoso.

Com o contraste rígido entre o noroeste europeu e o mundo ibérico, tal historiografia marxista se aproxima de análises institucionalistas que tomam um capitalismo ideal (representado na prática pela Inglaterra) como ponto de partida e de chegada da análise. Diria que as origens desse problema estão no próprio mundo colonial, com a lenta penetração de construções da *leyenda negra* no pensamento econômico europeu e, especificamente, britânico. Já no século 17, John Locke falava de como “era a morte para a Espanha exportar dinheiro: e ainda assim eles, que fornecem ouro e prata para todo o mundo, são os que menos tem para eles mesmos. O comércio o retira desse povo preguiçoso e indigente, a despeito de todos os esforços artificiais e forçados para mantê-lo lá” (LOCKE, 1824, p. 72). Essa afirmação, repetida por mercantilistas do século 18, expressava uma visão de mundo que reapareceria, de uma forma ou de outra, ora enfatizando a má qualidade das instituições, ora a persistência de traços culturais específicos, em inúmeros outros trabalhos de economia política dos séculos seguintes. Sob nova roupagem, é possível detectar elementos desse contraste nas teorias da modernização ou em trabalhos mais recentes dedicados ao tema das desigualdades. Em outras palavras: a separação rígida na comparação entre Inglaterra e Espanha (ou noroeste europeu e mundo ibérico) tornou-se parte da geocultura do capitalismo, manifestando-se na historiografia contemporânea de diversas vertentes. Ironicamente, a construção do tempo linear do eurocentrismo a partir do século 16, que teve uma contribuição ibérica fundamental, como bem mostram Anievas e Nisancioglu, eventualmente seria alimentada pela construção de um Outro interno à própria Europa, representado por aquele mesmo mundo ibérico.

Braudel nos ajuda a romper com tais estruturas engessadas do conhecimento. Apesar de frequentemente criticado por uma certa flexibilidade ou mesmo imprecisão na forma como usa seus conceitos, suas intuições abriram caminhos de pesquisa profícuos (afinal, uma história excessivamente rigorosa em termos teóricos tem tanta utilidade para a reconstrução da história quanto o empirismo mais pobre). Uma delas está em seu olhar para as cidades-estados italianas, que oferece uma perspectiva sobre a expansão ibérica que privilegia seu contexto mais amplo, rejeitando fórmulas simples, ou a “falsa simplicidade da sociedade”. Braudel nem sempre é explícito a esse respeito, mas o que está surgindo em algumas cidades italianas medievais é uma nova forma de dinheiro, ponto essencial para compreendermos o capitalismo ontem e hoje.⁸ Como argumenta Banaji, “a expansão do capital foi um processo intrinsecamente global, em grande parte porque foi motivado pelas formas mais líquidas e móveis de riqueza que, estranhamente, marxistas têm relutado em analisar e preferem desprezar como ‘antediluvianas’” (BANAJI, 2018). Braudel nos mostra, inclusive, caminhos que indicam como uma história das mercadorias pode explorar tais mudanças, colocando lado a lado a história dos diferentes metais preciosos em circulação e os novos desenvolvimentos financeiros do capitalismo. Em suas palavras, “jogos reais da mercadoria, jogos fictícios do dinheiro se mesclam” (BRAUDEL, 2016, p. 567).

⁸ Esse é um dos pontos fundamentais do trabalho de Geoffrey Ingham (2004), grande leitor da Escola dos Annales.

A SUBORDINAÇÃO, DESTRUIÇÃO E INSUBORDINAÇÃO DO CONHECIMENTO PELO CAPITAL

Em seus comentários, Crislayne Alfagali e Mary Draper levantam um excelente ponto em torno da importância dos conhecimentos indígenas e africanos para a construção do mundo Atlântico. Concordo integralmente que esse deve ser tema central em qualquer história de mercadorias atlânticas, para não dizer da história Atlântica em geral. Analisando a trajetória histórica do tabaco e do chocolate, por exemplo, Marcy Norton (2008) demonstrou como uma história das mercadorias pode situar no centro de sua narrativa a incorporação desses conhecimentos. Recentemente, Norton (2017) tem reforçado esse ponto ao sugerir que devemos explorar uma nova conceitualização de tecnologia que abarque práticas ligadas a alimentos, fármacos, curas, domesticação de animais e plantas, além de atividades extrativas de metais, pérolas e madeira, dentre outras formas de manipulação do ambiente, como também nota Draper a partir de uma rica bibliografia recente. O exemplo da mandioca, mencionado por Alfagali, se enquadra com perfeição aqui, como mostram as excelentes pesquisas sobre tubérculos desenvolvidas por Francesca Bray e outros (BRAY et al., 2019). Da mesma forma, uma antiga história de manipulação ameríndia das florestas na Nova Inglaterra foi uma espécie de pressuposto para a história da extração de madeira da era colonial, como tento explorar em meu texto com a breve análise da indústria naval norte-americana.

No caso da mineração do ouro no Brasil, Alfagali menciona os conhecimentos africanos de manipulação de metais e sua possível circulação no espaço da mineração, tema de pesquisa que tem sido objeto de boas contribuições na historiografia brasileira, mas que pode ser mais explorado, como seu próprio trabalho demonstra, ainda mais em um contexto de avanço das bases de dados que estão permitindo conhecer melhor as origens africanas daqueles escravizados – penso, por exemplo, nas possibilidades oferecidas pela análise de nomes africanos (ANDERSON et al., 2013). Em outro texto recente sobre o ouro do Brasil, também coloco no centro de minha análise a importância dos conhecimentos indígenas e africanos para essa história (MARQUES, no prelo). O caso ameríndio é particularmente interessante porque não há evidências de que os povos originários dos territórios do Brasil que seriam transformados pela mineração no século 18 tivessem qualquer experiência com a extração e manipulação de ouro, como era o caso em outras partes da América como Hispaniola e Nova Granada. Ainda assim, conhecimentos indígenas foram fundamentais para todo o empreendimento minerador, dos antigos caminhos construídos por esses povos às suas técnicas de construção de barcos e domesticação de plantas, elementos essenciais para o desenvolvimento e manutenção das zonas de extração. A inspiração central aqui é Sérgio Buarque de Holanda, cujo clássico *Caminhos e fronteiras* (2008) faz da subordinação violenta das populações indígenas e da incorporação de seus conhecimentos um elemento absolutamente central da colonização da América portuguesa. Além disso, especialistas em mineração foram trazidos de territórios vizinhos da América espanhola, como também o mostra o mesmo Sérgio Buarque (2007), carregando conhecimentos que certamente foram moldados pelas práticas ameríndias e africanas em áreas como Nova Granada e Peru.

Para além de sinalizar para a presença desses conhecimentos nos circuitos da mercadoria, um dos aspectos mais importantes da abordagem é que ela permite



compreender como esse processo foi parte da própria história do capitalismo. Uma história dos conhecimentos no Atlântico que apenas celebre a capacidade de pensar e agir de indígenas e africanos, ou a sua humanidade, para usar a grande marca da história social da escravidão do último meio século (SCOTT, 2004, p. 111), cumpre a importante função de mostrar a diversidade de agentes que construíram o mundo no qual vivemos, mas pode, também, ser facilmente incorporada pelo liberalismo-centrista, pois cai bem em um presente no qual o principal desafio político seria simplesmente o de aperfeiçoar um sistema democrático bem estabelecido. Algo como “as origens multiculturais” de nossos tempos, o ponto de chegada da grande aventura humana.⁹ O problema é que é justamente esse mundo que está na base da eco-crise contemporânea. Em termos metodológicos, o principal perigo está em se incorrer no mesmo tipo de “realismo burguês de senso comum” (SAHLINS, 2001, p. 20) que permeia diversos estudos dedicados a demonstrar a “agência” de populações subalternas, e que desembocam em um individualismo metodológico que simplesmente ignora a vastíssima literatura sobre estrutura e ação nas ciências sociais.¹⁰

O grande sincronizador desses múltiplos tempos, do conhecimento milenar acumulado em diferentes partes do mundo ao tempo mais imediato da produção, circulação e consumo de mercadorias, é o capitalismo e é essa dimensão estrutural que não pode ser perdida de vista. Este é, inclusive, um campo interessante a ser explorado mais a fundo por uma história teorizada. As últimas décadas testemunharam a emergência de muitas análises sobre o papel do conhecimento no capitalismo, com alguns falando em um “capitalismo cognitivo” característico das últimas décadas. No entanto, as poucas reflexões que exploram o tema em termos históricos o fazem com base em interpretações restritas da história do capitalismo. Carlo Vercellone, por exemplo, apresenta uma narrativa linear de três fases do capitalismo, a primeira delas (séculos 16 ao 18) caracterizada pela subsunção formal, com os trabalhadores no sistema de putting-out e artesãos em geral controlando os conhecimentos; na sequência, a fase industrial, de simplificação de atividades e incorporação de conhecimentos na forma de capital fixo e na organização empresarial; finalmente, desde a crise do Fordismo, teríamos o “capitalismo cognitivo”, marcado por uma “intelectualidade difusa” e o papel central da produção de conhecimentos num momento em que o trabalho se torna crescentemente imaterial (VERCELLONE, 2007). Para além das críticas vindas da sociologia do trabalho contemporâneo, cabe perguntar de que forma uma concepção mais ampla da história do capitalismo, como a aqui sugerida, em que os conhecimentos e tecnologias de africanos, indígenas, europeus e asiáticos foram apropriados, reconfigurados e explorados desde o longo século 16, pode contribuir para essa conversa.

⁹ Vide, por exemplo, as representações de que a ação escrava na Revolução Haitiana produziu uma expansão de valores ilustrados inicialmente formulados apenas para o homem branco. Parece-me ser este o sentido da crítica e provocação de Susan Buck-Morss (2009) ao sugerir que a Revolução Haitiana foi parte de uma *jihad* (invertendo o sinal, portanto, para aquilo que em princípios do século 21 era visto por muitos como a grande ameaça à democracia liberal no Ocidente). Alguns dos problemas dessa historiografia são discutidos em Geggus (2011).

¹⁰ Parte do problema nas análises de agência foram herdados de E. P. Thompson, que, como bem mostra Perry Anderson (1980), acabou por achatar múltiplas escalas para discutir a ação humana.

Nem tudo, contudo, foi apropriação; muito foi também destruído. Línguas inteiras desapareceram e certamente com elas muitos conhecimentos de mundo – os epistemicídios dos quais fala Boaventura de Souza Santos (2015). Frequentemente a historiografia da agência eleva o seu desejo de ver sobrevivências e resistência a um tal nível que a própria conquista da América parece se tornar um mito (RESTALL, 2003). Entretanto, a sua dimensão destrutiva é incontornável, conforme observam comentaristas indígenas contemporâneos como Davi Kopenawa (2016, p. 407), e que a história das mercadorias nos ajuda a entender. Estado e igreja foram componentes fundamentais desse processo, fornecendo as bases de construções geopolíticas e geoculturais que não apenas transformaram a eliminação de traços específicos de culturas ameríndias e africanas em objetivo central, mas criaram as condições para a expansão das próprias fronteiras da mercadoria, como comenta Moore. E foi a expansão dessas fronteiras - que, ironicamente, dependiam da incorporação de certos conhecimentos - que atuou como um dos principais motores do extermínio de populações inteiras, com seus modos de vida e saberes. Em minha intervenção original, tentei mostrar a relação entre a construção de um navio que eventualmente carregaria africanos escravizados da Costa do Ouro para a Jamaica e a expansão de conflitos envolvendo as populações indígenas que viviam na região oeste das colônias de New Hampshire e Maine. A abordagem centrada na mercadoria pode oferecer muitos outros exemplos, como o levantado por Draper para o corte de madeira – pressuposto para o estabelecimento de plantations – em Barbados, que implicou na escravização não apenas de africanos, mas também de indígenas de outras partes do Caribe. Nesses processos, a linha entre incorporação e destruição de conhecimentos foi tênue.

Finalmente, nem tudo foi apropriado ou destruído. Ao colocar conflitos fronteiriços no centro da história, a abordagem centrada em mercadorias permite também observar as diferentes instâncias de resistência mais direta à expansão daquele mundo. Os exemplos são variados, das guerras que marcaram a expansão da fronteira da prata no norte do México no século 16 à longa história do comércio de peles na América do Norte. No interior do Brasil, engenheiros britânicos defendiam a construção de uma malha ferroviária como estratégia para enfrentar as populações de botocudos, que continuavam a atormentar o imaginário de exploradores de metais preciosos em fins do século 19 (FISCHER, 2018). Ao mesmo tempo, quilombos foram formados por africanos fugidos das fronteiras mercantis ao longo da era moderna, comunidades que também dependiam da circulação de conhecimentos específicos. Como mostra o trabalho de Judith Carney, a formação de quilombos no Maranhão fez amplo uso dos conhecimentos de produção de arroz carregados por escravos oriundos de partes específicas da África Ocidental (CARNEY, 2002). Que tais formações e atos de resistência podiam ter um impacto político mais amplo fica evidente quando olhamos para exemplos como o dos quilombos jamaicanos (O'SHAUGHNESSY, 2000) ou mesmo das fugas em série no contexto das tensões que levaria à Guerra Civil nos EUA (OAKES, 1986).

Em suma, não se trata de rejeitar a chamada “agência” das populações escravizadas e subordinadas ao redor do Atlântico, mas de compreender como ela tomava diferentes formas de acordo com as estruturas – o conjunto dos conjuntos – dentro das quais ela se desenrolava. Só assim conseguimos avaliar os diferentes contextos de mobilização desses conhecimentos e seus diferentes usos, por vezes abrindo brechas para a mobilidade e melhoria de indivíduos e grupos específicos ao

mesmo tempo que reforçavam ou alteravam as estruturas mais amplas de dominação. Os resultados dessas relações de força não devem ser pressupostos de antemão e sim explorados enquanto objetos de investigação. A história das mercadorias oferece uma estratégia para analisarmos o cotidiano, ações e ideias da enorme massa de indivíduos que se viu enredada nas redes extrativas e produtivas do Atlântico sem perder de vista as estruturas que moldavam e estabeleciam limites para aquelas mesmas ações.

REFERÊNCIAS

ALFAGALI, Crislayne. Cadeias mercantis e história global das Américas coloniais a partir do continente africano. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 728-739, set.-dez. 2021.

ANDERSON, Perry. *Arguments within English Marxism*. London: NLB, 1980.

ANDERSON, Richard *et al.* Using African Names to Identify the Origins of Captives in the Transatlantic Slave Trade: Crowd-Sourcing and the Registers of Liberated Africans, 1808–1862. *History in Africa*, v. 40, p. 165–191, 2013.

ANIEVAS, Alexander; NIŞANCIOĞLU, Kerem. *How the west came to rule: the geopolitical origins of capitalism*. London: Pluto Press, 2015. p. 171-172.

ARRIGHI, Giovanni. Capitalism and the Modern World-System: Rethinking the Nondebates of the 1970's. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 21, n. 1, p. 113–129, 1 jan. 1998.

BANAJI, Jairus. Globalising the History of Capital: Ways Forward. *Historical materialism : research in critical Marxist theory*, v. 26, 2018, n. 3, p. 143–166, 2018.

BENTHIEN, Rafael Faraco. Por uma história cruzada das disciplinas: ponderações de ordens prática e epistemológica. *Revista de História*, n. 179, p. 1-26, 17 set. 2020.

BERBEL, Márcia Regina; MARQUESE, Rafael de Bivar; PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Filipe II*. São Paulo: EDUSP, 2016.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo*. Martins Fontes: São Paulo, 1996. v. 2: o jogo das trocas.

BRAY, Francesca *et al.* Cropscaes and History: Reflections on Rootedness and Mobility. *Transfers*, v. 9, n. 1, p. 20–42, 22 mar. 2019.

BUCK-MORSS, Susan. *Hegel, Haiti, and Universal history*. Pittsburgh, Pa: University of Pittsburgh Press, 2009.

CARNEY, Judith A. *Black Rice: The African Origins of Rice Cultivation in the Americas*. Harvard: Harvard University Press, 2002.



ELBE, Ingo. Between Marx, marxism, and marxisms. Ways of reading Marx's theory. *Viewpoint*, 21 out. 2013. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2013/10/21/between-marx-marxism-and-marxisms-ways-of-reading-marxs-theory/>.

FISCHER, Georg. Acelerações em escala regional: a transformação do Vale do Rio Doce, ca/ 1880-1980. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 65, p. 445–474, ago. 2018.

FRACCHIA, Joseph. On Transhistorical Abstractions and the Intersection of Historical Theory and Social Critique. *Historical Materialism*, v. 12, n. 3, p. 125–146, 1 jan. 2004.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; KRAUSE, Thiago. *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na época moderna: monarquia pluricontinental e Antigo Regime*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2013.

GEGGUS, David P. The Haitian Revolution in Atlantic Perspective. In: CANNY, NICHOLAS P.; MORGAN, PHILIP D. (org.). *The Oxford handbook of the Atlantic world, 1450-1850*. Oxford: New York : Oxford University Press, 2011.

HAROOTUNIAN, Harry D. *Marx after Marx history and time in the expansion of capitalism*. New York: Columbia University Press, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque De. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; CAMPOS, Pedro Moacyr; AB'SABER, Aziz Nacib (org.). *História geral da civilização brasileira*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. v. 1., t. 2.

HOLANDA, Sérgio Buarque De. *Caminhos e fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

INGHAM, Geoffrey K. *The Nature of Money*. Cambridge, UK ; Malden, MA: Polity, 2004.

LARA, Silvia Hunold. Apresentação - Uma grande diferença. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, p. 13–18, dez. 2018.

LEVI, Giovanni. Microhistoria e Historia Global. *Historia Crítica*, 26 jun. 2018.

LOCKE, John. *Some considerations of the consequences of lowering the interest and raising the value of money (Letter to a member of Parliament. 1691.) Short observations on a printed paper entitled, "For encouraging the coining silver money in England" ... Further considerations concerning raising the value of money. Two treatises of government*. London: C. and J. Rivington, 1824.

KOPENAWA, Davi. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KURZ, Robert. *Dinheiro sem valor: linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona, 2014.



MARQUES, Leonardo. Unidades de análise, jogos de escalas e a historiografia da escravidão no capitalismo. In: SALLES, Ricardo; MUAZE, Mariana (org.). *A Segunda Escravidão e o Império do Brasil em perspectiva histórica*. São Leopoldo: Casa Leiria, 2020.

MARQUES, Leonardo. Slavery and Capitalism. In: SKEGGS, BEV et al. (org.). *The SAGE Handbook of Marxism*. Thousand Oaks: SAGE Publications Ltd, 2022.

MARQUES, Leonardo. Mining Frontiers and the Making of the Modern World. In: STUBBS, J.; CLARENCE-SMITH, W.G., CURRY-MACHADO, J.; VOS, J. (ed.). *Oxford Handbook of Commodity History*. Oxford: Oxford University Press, no prelo.

MARQUES, Leonardo; MARQUESE, Rafael de Bivar. Ouro, café e escravos: o Brasil e a “assim chamada acumulação primitiva”. In: MARQUESE, Rafael de Bivar (org.). *Os tempos plurais da escravidão no Brasil: ensaios de história e historiografia*. São Paulo: Intermeios, 2020. p. 105-132.

MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. 3ª ed. Campinas: UNICAMP, 2018.

MARQUESE, Rafael B.; SALLES, Ricardo. A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia. In: SALLES, Ricardo; MARQUESE, Rafael B. (org.). *Escravidão e Capitalismo Histórico no Século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos*. Edição: 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 ; esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MOORE, Jason W. ‘Amsterdam is Standing on Norway’ Part I: The Alchemy of Capital, Empire and Nature in the Diaspora of Silver, 1545–1648. *Journal of Agrarian Change*, v. 10, n. 1, p. 33–68, 2010.

MOORE, Jason W. Empire, class & the origins of planetary crisis: the Transition Debate in the Web of Life. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 740-763, Sept./Dec. 2021

MOORE, James, Wall Street Is a Way of Organizing Nature: An Interview with Jason Moore. *Upping the Anti: A Journal of Theory and Action*, No. 12, May 2011.

MOYA, Jose C. Introduction: Latin America - the Limitations and Meaning of a Historical Category. In: MOYA, Jose C. (org.). *The Oxford handbook of Latin American history*. New York: Oxford University Press, 2011.

NORTON, Marcy. *Sacred gifts, profane, pleasures: a history of tobacco and chocolate in the Atlantic world*. Ithaca: Cornell University Press, 2008.

NORTON, Marcy. Subaltern technologies and early modernity in the Atlantic World. *Colonial Latin American Review*, v. 26, n. 1, p. 18–38, 2 jan. 2017.

OAKES, James. The Political Significance of Slave Resistance. *History Workshop*, n. 22, p. 89–107, 1 out. 1986.



O'SHAUGHNESSY, Andrew Jackson. *An empire divided: the American Revolution and the British Caribbean*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2000.

POMERANZ, Kenneth. *The great divergence: Europe, China, and the making of the modern world economy*. Princeton, N.J: Princeton University Press, 2000.

RESTALL, Matthew. *Seven Myths of the Spanish Conquest*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

SAHLINS, Marshall David. *Como pensam os "Nativos": sobre o Capitão Cook, por exemplo*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. [S.l.]: Taylor and Francis, 2015.

SCOTT, David. *Conscripts of modernity: the tragedy of colonial enlightenment*. Durham: Duke University Press, 2004.

SILVA JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da. Quem tem medo da disciplina da História? Breves reflexões sobre interdisciplinaridade e a história do capitalismo em diálogo com Leonardo Marques. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 764-771, set./dez. 2021.

TOMICH, Dale. O Atlântico como espaço histórico. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 26, n. 2, p. 221–240, 2004.

TOMICH, Dale. The Limits of Theory: Capital, Temporality, and History. *Review (Fernand Braudel Center)*, v. 38, n. 4, p. 329–368, 2015.

VERCELLONE, Carlo. From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism. *Historical Materialism*, v. 15, n. 1, p. 13–36, 1 jan. 2007.

VERLINDEN, Charles. Italian Influence in Iberian Colonization. *The Hispanic American Historical Review*, v. 33, n. 2, p. 199–211, 1953.

WALLERSTEIN, Immanuel. Braudel on Capitalism, or Everything Upside Down. *The Journal of Modern History*, v. 63, n. 2, p. 354–361, 1991.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *The Essential Wallerstein*. New York: New Press, 2000.

WILDER, Gary. From Optic to Topic: The Foreclosure Effect of Historiographic Turns. *The American Historical Review*, v. 117, n. 3, p. 723–745, 1 jun. 2012.

WOOD, Ellen Meiksins. *The origin of capitalism: a longer view*. London: Verso, 2002.

WULF, Karin. Vast Early America: Three simple words for a complex reality. *Humanities*, v. 40, n. 1, winter 2019.



NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Leonardo Marques: Doutor. Professor, Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Departamento de História, Niterói, RJ, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Rua Professor Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, Campus do Gragoatá, Bloco O, Sala 509, São Domingos, 24210-201, Niterói, RJ, Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de discutir versões preliminares do presente texto com os seguintes grupos e indivíduos: Gisele Batista Candido, Fabio Morales, Waldomiro Lourenço, Juliana Machado, Rafael Faraco Benthien, Thiago Krause, Brad Lange, Rafael de Bivar Marquese, Freg Stokes, Coletivo Braudel, GEEWOB e LabHeN.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - 88887.466409/2019-00 e da Faperj APQ1, Processo: E-26/210.359/2019.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Os conteúdos subjacentes ao artigo estão nele contidos.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Leonardo Marques. Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Fábio Augusto Morales
Flávia Florentino Varella (Editora-chefe)

HISTÓRICO

Recebido em: 7 de dezembro de 2021

Como citar: MARQUES, Leonardo. A América colonial e a história das mercadorias: a pluralidade de tempos no capitalismo histórico. *Esboços*, Florianópolis, v. 28, n. 49, p. 792-812, set./dez. 2021.

